

**- Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 218
10/07/09 a 16/07/09**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestres e Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento, Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini. Mestrandos em História pela UNESP de Franca: Victor Hugo de Souza Gonçalves e Tiago Pedro Vales. Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Felipe dos Santos (bolsista CNPq), Juliana Yumi Aoki, Celeste de Arantes Lazzerini, Patrícia Carmos, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida, Bruna Hunger Ribeiro, Felipe Garcia Moreira.

Lula conversou com Obama durante o encontro do G-8 e G-5

No dia 09 de julho, durante a reunião do G-8 e do G-5, em Áquila, na Itália, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva conversou com seu homólogo norte-americano Barack Obama. Segundo o porta-voz da Casa Branca, Robert Gibbs, Obama quer que o Brasil use seu bom relacionamento com o Irã para convencê-lo a suspender seu programa nuclear. O presidente norte-americano afirmou que o relacionamento brasileiro com o Irã dá ao país a oportunidade de reiterar a mensagem do G-8 sobre a responsabilidade do país islâmico com a comunidade internacional no que tange a questão nuclear. Para o Assessor Especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, o pedido de Obama é o reconhecimento dos Estados Unidos de que o Brasil não apenas é um ator regional, mas também um parceiro estratégico em âmbito global. Os presidentes ainda conversaram sobre a crise econômica mundial e sobre as mudanças

climáticas. Lula parabenizou ainda a Obama por condenar o golpe em Honduras e unir-se aos protestos e esforços da Organização dos Estados Americanos (OEA) para reverter a situação. Após o término da Cúpula, Lula declarou que o Irã deveria adotar o mesmo princípio de uso pacífico da energia nuclear que vigora no Brasil. Visando aprofundar as relações bilaterais com o país, Lula ressaltou que ainda espera a visita ao Brasil do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, bem como pretende ir ao Irã. (Folha de S. Paulo – Mundo – 10/07/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 11/07/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 10/07/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 11/07/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/07/2009; O Globo – O Mundo – 10/07/2009; O Globo – Mundo – 11/07/2009).

G-8 conclui pela necessidade de representação dos emergentes

No dia 10 de julho, ao término da 35ª Cúpula do G-8, em Áquila, Itália, os chefes de Estado do grupo dos países mais desenvolvidos e a Rússia propuseram uma “parceria estável e estruturada” com os países em desenvolvimento do G-5 (África do Sul, Brasil, China, Índia e México). Segundo o presidente italiano, Silvio Berlusconi, o G-14, grupo que reúne os países do G-8, do G-5 e o Egito, seria o melhor fórum para decidir questões globais, como as relativas à crise financeira. Apesar de não haver nenhuma oposição aberta no G-8, ainda há relutantes, como o Japão. Para o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, este reconhecimento formal é significativo do início de uma mudança na governança global. Entretanto, Lula declarou que prefere o G-20 ao G-14, por ter maior representação, como melhor formato para este foro e defendeu sua valorização. Paralelamente, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, ressaltou a importância de não deixar que estes grupos substituam os foros globais e democráticos, enfatizando a participação fundamental da ONU (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/07/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/07/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/07/2009; O Globo – Economia – 11/07/2009).

Lula defendeu o fim da “ditadura” das agências de risco

Durante o discurso realizado em Áquila, na Itália durante a reunião do G-8 e do G-5, o presidente brasileiro defendeu o fim da “ditadura” das agências de risco. Para Lula, o trabalho realizado por elas deveria ser transferido para agências públicas, as quais, a seu ver, são mais isentas para qualificar o risco. Além disso, o presidente mencionou o empenho de seu governo para que seja adotado o mecanismo de comércio em moeda local com países como China, Índia e os vizinhos sul-americanos. Tal alternativa teria potencial de substituir o dólar nas trocas entre esses parceiros. Por fim, Lula cobrou também que se apresse a

reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/07/2009).

Países debateram o aquecimento global

Durante as discussões sobre o aquecimento global que ocorreu em Áquila na Itália, o Brasil e outros países emergentes concordaram em reduzir suas emissões de gases que provocam o aumento do efeito estufa, se estas vierem acompanhadas de ajuda financeira dos países ricos, grandes responsáveis pelo aquecimento global. Lula afirmou que não pretende ver as nações mais ricas "escorregarem" em seus compromissos ao passo que oferecem aportes aos fundos para financiar controle de emissões por países em desenvolvimento. O Brasil quer compromissos mais suaves para as economias emergentes, sem metas quantitativas (O Estado de S. Paulo – Vida – 10/07/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/07/2009; O Globo – Ciência – 10/07/2009).

Itamaraty diz não ter sido informado sobre a suspensão do pacto militar com hondurenhos

O Itamaraty disse não ter sido informado sobre a decisão, divulgada no dia 8 de julho, de suspender os acordos militares com Honduras e de chamar de volta o tenente-coronel Paulo Pimental, instrutor militar no país. O Ministério das Relações Exteriores classificou que a decisão seria extemporânea e "até bizarra", uma vez que o impasse hondurenho tem a intermediação da Costa Rica, e junto com o governo brasileiro considera que o retorno do presidente Manuel Zelaya encerraria a crise. Ademais, o Exército também negou oficialmente a suspensão dos acordos e que o oficial Pimental só retornaria ao país no início do próximo ano em razão de sua designação para outro cargo no Rio de Janeiro. (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/07/2009).

Brasil financiará reconstrução de porto em Cuba

O Brasil emprestará US\$300 milhões ao governo cubano para a reconstrução do Porto de Mariel e instalará um escritório da Petrobrás na capital cubana, Havana. O anúncio foi feito no dia 10 de julho pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, após a reunião com o presidente cubano, Raúl Castro, como resultado da missão oficial brasileira à ilha caribenha ao longo da semana (O Globo – Economia – 11/07/2009).

Brasil adota política externa baseada no diálogo

O Ministério das Relações Exteriores brasileiro informou que a política externa adotada pelo governo do país é de buscar o diálogo a fim de assegurar que os direitos humanos sejam respeitados. O Itamaraty afirmou ainda que o Brasil exige que qualquer tipo de violação aos direitos fundamentais do homem seja investigada e os culpados sancionados da maneira mais adequada. O governo brasileiro afirmou que seguindo este modelo de política externa, o país não se limita à emitir notas de condenação a atitudes de desrespeito aos direitos humanos e às questões humanitárias, mas vai mais além, propondo formas preventivas de atuação com relação aos direitos fundamentais do Homem (O Estado de S.Paulo – Nacional – 13/07/2009).

Política brasileira de direitos humanos causa polêmica na ONU

A postura adotada pelo Brasil de promover o diálogo no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, como forma de garantir o real avanço dos direitos humanos, tem causado polêmica. Os contrários à política adotada pelo Brasil alegam que a estratégia pouco ajuda na defesa das causas dos brasileiros. Os que apóiam a postura brasileira acreditam que este posicionamento gera aproximação do Brasil com países emergentes, o que acaba por evitar confrontos nos plenários da Organização das Nações Unidas (O Estado de S.Paulo – Nacional – 13/07/2009).

Voto do Brasil em relação ao Sri Lanka é alvo de críticas na ONU

Depois de anunciar o fim do conflito e a aniquilação do grupo Tigres de Libertação do Eelam Tamil (LTTE), o Sri Lanka foi tema de votação na ONU. Os crimes cometidos pelo governo e pela guerrilha foram levados à ONU, situação na qual o Brasil votou a favor de uma resolução que poupou críticas ao governo do Sri Lanka e evitou a investigação sobre crimes de guerra no país. A posição brasileira foi duramente atacada pelas entidades que representam as vítimas no Sri Lanka e que afirmaram que o Brasil como um país democrático deveria adotar uma posição que defendesse as vítimas do conflito (O Estado de S.Paulo – Nacional – 13/07/2009).

Reunião discutiu gripe suína

Em 15 de julho, o governo brasileiro participou de uma reunião regional sobre a gripe A (H1N1), também chamada de gripe suína. A reunião foi organizada pela Argentina, que conta com o maior número de óbitos na região. Além do governo brasileiro, estiveram presentes os governos boliviano, chileno, paraguaio e uruguaio. O encontro buscou unificar estratégias, compartilhar informações e analisar os possíveis cenários de uma pandemia de gripe suína (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/07/2009; O Globo – Rio – 14/07/2009).



Brasil comprou submarinos e helicópteros franceses

Em 13 de julho, o ministro da defesa, Nelson Jobim, afirmou que o Brasil preferiu reequipar as Forças Armadas através da empresa estatal francesa em detrimento da alemã. Segundo Jobim, essa preferência se deu devido à disposição francesa de transferir a tecnologia de produção dos submarinos e helicópteros adquiridos. O governo francês também propôs a venda de 36 caças Rafale, cuja construção se daria com completa transferência de tecnologia (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/07/2009; Folha de S. Paulo – Brasil – 16/07/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/07/2009; O Globo – O País – 14/07/2009).

Brasil declarou-se favorável à quebra de patente ambiental

O governo brasileiro, na Conferência da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), declarou-se a favor de que os países emergentes possam quebrar patentes de tecnologias ambientais, tais como, painéis solares, filtros e outros equipamentos para monitoramento de desmatamento, quando for constatado que as patentes ferem o interesse público. Os países desenvolvidos são contrários a posição brasileira e afirmaram que esse assunto não deve ser incluído no pacote ambiental. Além disso, o Brasil defendeu a criação de um fundo que financie o acesso a esses equipamentos (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/07/2009; O Estado de S. Paulo – Vida & - 14/07/2009).

Brasil criticou OMC

Em 13 de julho, o embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, criticou o órgão por não dar a atenção devida ao impacto negativo dos pacotes de estímulo comercial. O Itamaraty vê sinais crescentes de protecionismo principalmente da União Européia (UE), que ampliou os subsídios agrícolas, dos Estados Unidos e da China, que adotaram medidas preferências às empresas locais. O Brasil se defendeu das alegações de protecionismo devido às elevações de tarifas de importação de aço afirmando que a elevação foi apenas um retorno aos níveis que existiam antes, pois a queda da tarifa havia sido um gesto excepcional para permitir que o mercado fosse abastecido (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/07/2009).

OCDE divulgou estudo sobre a economia brasileira

No dia 14 de julho, o secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría, visitou o Ministério da Fazenda, em Brasília, onde divulgou um estudo sobre a economia brasileira. No

estudo, a OCDE elogiou a política macroeconômica do Brasil, recomendou ao governo do país que evite adotar novas medidas de estímulo fiscal, alertou para o aumento dos gastos orçamentários no Brasil e propôs a redução da meta de inflação para 2011. Pois, para a organização a elevação das despesas e a queda de receita levam ao desequilíbrio das contas do governo. O secretário-geral da OCDE elogiou o fundo soberano que o país criou para administrar a renda gerada pelo petróleo do pré-sal, e fez um alerta para que o Brasil não repita o erro de diversos países exploradores de petróleo de deixar que o produto seja a base da arrecadação nacional. Durante a visita, Gurría convidou o Brasil para fazer parte da OCDE, proposta recusada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, uma vez que para ingressar na instituição, o Brasil teria de seguir as regras do bloco, por exemplo, o país não poderia exportar ou importar em moeda local e também não poderia perdoar as dívidas de países mais pobres (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/07/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/07/2009).